



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Ratinho Júnior.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duflío Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausentes o Sr. Deputado: Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2026**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em

bloco das Proposição de Veto - itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) NATÁLIO STICA

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2026, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando Votação em Bloco das Proposições de Veto - itens 01 a 06 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 050/2003, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 189/2003 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos, nas condições que especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 246/2004

Curitiba, 22 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 191/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 189/2003, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as "pessoas físicas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos perceberão, dos responsáveis pelos órgãos públicos e pelos estabelecimentos comerciais em geral, tais como, hospitais, postos de saúde, repartições nas áreas de educação, energia, habitação, saneamento, saúde, comunicação, farmácias, restaurantes, cinemas, livrarias, teatros, estádios de futebol, tratamento prioritário no atendimento e na consecução de todas as diligências ou atos que se fizerem necessários para a observância de seus legítimos interesses", tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 2º.

A negativa de sanção ao mencionado artigo 2º decorre da maneira extremamente burocratizante nele

contida, exigindo que os responsáveis por estabelecimentos comerciais atingidos fiquem obrigados ao fornecimento de certidões circunstanciais da preferência assegurada ao idoso, formalidade esta considerada desprovida das necessárias condições de tranqüila exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 189/2003 encontra-se publicado no DA nº 016/2003, de 08.04.2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO 050/2003 - VETO PARCIAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 189/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do chefe do Executivo Estadual veta parcialmente o projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, nas condições que especifica.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito, outros o entendem como um poder; havendo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, tem o poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material). No primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presentes os dois aspectos, o veto jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou a falta de interesse público ou até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para convencer-se de sua manutenção ou de seu afastamento, com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é formal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões”<sup>1</sup>.

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançará só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”<sup>2</sup>.

O Governador vetou apenas o artigo 2º, sancionando os demais dispositivos tendo a lei recebido o número 14193 de 05 de novembro de 2003.

O veto ao artigo 2º não afeta substancialmente o conteúdo da proposição e, segundo o Governador, fez necessário para evitar excessiva burocratização da norma e conseqüente inaplicabilidade.

Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levada a Plenário no prazo regimental.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetida ao conjunto dos Deputados Estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/2003, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 329/2003 de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e da outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 344/2003

Curitiba, 24 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 288/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 329/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

1.MORAES Alexandre, Constituição do Brasil anotada a legislação constitucional, Editora Atlas, São Paulo: 2002. Página 1158.

2.PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo 14ª edição, Editora Atlas, São Paulo: 2002 Página 82.

Dispõe o autógrafo que as empresas públicas ou privadas que prestam serviços de fornecimento de água e energia elétrica, não poderão suspender ou interromper o fornecimento, em razão de inadimplência, a pequenos consumidores e aos comprovadamente desempregados.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do fato de a medida ter sido considerada de pouco ou de nenhum alcance, porque os chamados pequenos consumidores já contam com benefícios proporcionados por "tarifas sociais" e pelo programa "Luz Fraterna", adotado, este, pela Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003. Complementando os motivos, transcrevo palavras da COPEL, em parecer dado quando esta medida ainda encontrava-se em apreciação por essa Casa de Leis: "Entendemos a preocupação do Estado do Paraná no sentido de fazer prevalecer o aspecto social. Todavia, conforme já mencionado, esta Concessionária adota formas de cobrança de modo a facilitar o pagamento pelo consumidor, praticando bons descontos, efetuando parcelamento dos débitos, sendo que a suspensão do fornecimento é a última providência que se toma, sob pena de os demais consumidores terem de arcar com o débito dos inadimplentes".

Por outro lado, é oportuno mencionar recente julgamento, datado de 10.12.2003, do Superior Tribunal de Justiça, proferido em Recurso Especial (Processo nº 363943 - Minas Gerais), confirmando a possibilidade de suspensão de fornecimento de energia elétrica a consumidores inadimplentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 329/2003 encontra-se publicado no DA nº 090/2003, de 03.11.2003, em Redação Final)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 013/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do Deputado Mauro Moraes, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 099/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar o imóvel ao Município de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA. COM RELATÓRIO DA CCI CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 115/2004

Curitiba, 24 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 097/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 099/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que possibilitam sua utilização por órgãos da administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 099/2004, encontra-se publicado no DA nº 023/2004, de 05/04/2004)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 53/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 99/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que recebeu veto do Sr. Governador, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, no Município de Antonina, destinado à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN. COM RELATÓRIO DA CCI CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

RANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 119/2004

Curitiba, 07 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 047/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que possibilitam sua utilização por órgãos da administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 047/2004, encontra-se publicado no DA nº 010/2004, de 08/03/2004, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 54/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 47/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que recebeu veto do Sr. Governador, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 065/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas escolas públicas do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 120/2004

Curitiba, 07 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 104/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 065/2004, por impossibilidade de implantação imediata da medida, por isso considerado contrário ao interesse público, dada a absoluta falta de condições para tal, tanto no que permite a pessoal habilitado como, também, a recursos orçamentários, o que, na melhor das hipóteses, somente poderia ocorrer em prazo de, no mínimo, três anos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 065/2004, encontra-se publicado no DA nº 015/2004, de 16/03/2004)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 55/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 65/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que recebeu veto do Sr. Governador, dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino do Alfabeto de Comunicação de Surdos e Mudos nas Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de dezembro de 2003, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 127/2004

Curitiba, 14 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 128/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 695/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que a motivação apontada para a pretendida exclusão descaracterizada, por ser de outra ordem, o fundamento da Lei da "Luz Fraterna".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 695/2003, encontra-se publicado no DA nº 056/2004, de 16/06/2004, em Redação Final)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 56/2004

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que recebeu veto do Sr. Governador, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087/2003, Programa Luz Fraterna.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Liderança do Governo, em discussão e acordo neste plenário indica a votação, SIM nos itens a serem votados em seguida.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Eslarecendo, portanto, a votação. Os que votam favoravelmente ao Projeto é NÃO, os que votam pelo veto e manutenção do veto é SIM.

Chamada Nominal.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, peço preferência de votação para os Deputados que fazem parte da CPI do Porto. Temos já em aberto o reinício...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

A Mesa acata e...

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Após as eleições do primeiro e segundo turno estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Os Deputados da CPI do Porto, se apresentem porque não temos a listagem.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)  
(Proceder à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Encerrada a votação.

A Mesa convida os Deputados Reni Pereira, Luiz Nishimori e Pedro Ivo, para fazerem a apuração dos votos.

Tendo já feito a saudação, renovo saudação ao Prefeito eleito, Paulo Mc Donald, e sem demérito, especialmente ao meu amigo e companheiro e Vice-Prefeito, Dilton Vittoraci. Sejam bem vindos.

Esta Casa estará atenta e atenderá a todas as demandas de Foz do Iguaçu.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

Trinta Deputados, SIM. Nove Deputados, NÃO. Um Deputado em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Mantidos os vetos dos itens 01 a 06.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Duílio Genari, Jocelito Canto, Pastor Edson Praczyk, Antonio Anibelli, Durval Amaral, Barbosa Neto e Elton Carlos Welter. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária e o Termo de Ata do dia catorze de setembro em votação - APROVADAS, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 170/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 221/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 233/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Pastor Edson Praczyk SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro

Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 257/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 258/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. O Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 335/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 367/2004, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 280/2004, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 73/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 74/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 15) Proposição-Veto nº 76/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 07/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Alto Paraná. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 77/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 17) Proposição-Veto nº 78/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 75/2004, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 10/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 380/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 383/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APRO-

VADO; 21) Projeto de Lei nº 386/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 387/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 391/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 392/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 397/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatro, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 7ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão abaixo assinado, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 79/2004 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referentes ao mês de outubro de 2004. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 79/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2004, conforme Resolução nº 03, de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, conclui o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada a sua exatidão, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo Parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será analisada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

**Errata:**

Publica-se o Projeto de Lei nº 361/2004, de 06 de outubro de 2004, nesta edição, por não ter sido publicado no Diário da Assembléia nº 086/2004, de 06 de outubro de 2004.

PROJETO DE LEI Nº 361/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária integral desta, todos os direitos e obrigações correspondentes a um bloco de ações ordinárias nominativas, representativas de 30% do Capital Social subscrito e integralizado da ELEJOR, detidas por Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.

Art. 2º - Aplicam-se a esta lei o disposto na Lei nº 14.501 de 14.09.2004.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 06.10.2004.  
(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Visa o projeto de lei em tela, autorizar por intermédio da COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica ou por sua subsidiária integral, adquirir todos os direitos e obrigações correspondentes a um bloco de ações ordinárias nominativas, representativas de 30% do Capital Social subscrito e integralizado da ELEJOR, detidas por Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.

O crescimento industrial, bem como o gradativo aumento de consumo de energia imposto pela política de desenvolvimento atual, obriga o Estado a proceder ações responsáveis, que possibilitem atender a demanda futura, com vistas a obter elevada margem de segurança, conforme e bem estar para os paranaenses.

A aquisição do controle acionário total da referida Central Elétrica - ELEJOR dá ao Estado ao Controle da operação comercial e exploração do potencial energético gerado, abrindo portas para o desenvolvimento não só da região geradora, ajudando em muito à consecução dos compromissos sociais do Governo do Estado.

Nesse sentido, não se admite que empresas públicas tenham participação de empresas particulares devendo o Estado ter decisão soberana no que tange aos destinos da energia elétrica do Estado.

Nestes termos, justifica-se o presente projeto de lei.